

DISCURSIVIZAÇÃO DAS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS NO SITE OFICIAL DO CONGRESSO NACIONAL (PARTE 2)¹

Andressa Fernandes de Souza², Edvania Gomes da Silva³

RESUMO

Apresentamos uma síntese dos resultados alcançados após a finalização do projeto *DISCURSIVIZAÇÃO DAS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS NO SITE OFICIAL DO CONGRESSO NACIONAL (PARTE 2)*. Nesse sentido, objetivamos mostrar como as políticas públicas, no que se refere às religiões afro-brasileiras, se fazem presentes no site do Congresso Nacional, observando, ainda, as reações de políticos e comentaristas a essas políticas. Para tanto, apresentamos o método e o material utilizados para fundamentar a análise do material selecionado e catalogado durante a pesquisa. Nas análises, recorremos à Escola Francesa da Análise do Discurso (AD), principalmente aos conceitos de prática discursiva, espaço discursivo, cenografia, ethos e cenas de enunciação, de Dominique Maingueneau (2004). Com base nessa fundamentação, recortamos do *corpus* duas notícias publicadas no site da Câmara dos Deputados, as quais foram analisadas a fim de mostrar o funcionamento discursivo que as constitui. Os resultados indicam que o discurso acerca das religiões de matriz africana no Brasil é, ainda, de discriminação, violência, intolerância e ignorância. Essa memória discursiva negativa é retomada e reatualizada no site da Câmara Federal, o que se mostra na tentativa de conscientização, desmistificação e legitimação das referidas religiões. Há, portanto, um choque entre uma memória e uma atualidade, produzindo um acontecimento de resistência ao racismo religioso.

PALAVRAS-CHAVE: Análise de Discurso, Religiões afro-diaspóricas, Poder Legislativo, Ideologia, Políticas Públicas.

DISCURSIVIZATION OF AFRO-BRAZILIAN RELIGIONS ON THE NATIONAL CONGRESS OFFICIAL WEBSITE (PART 2)

ABSTRACT

In this paper, we present a synthesis of the results obtained after the conclusion of the research project: *DISCURSIVIZATION OF AFRO-BRAZILIAN RELIGIONS ON THE NATIONAL CONGRESS OFFICIAL WEBSITE (PART 2)*. The aim was to show how public policies concerning Afro-Brazilian religions are represented on the National Congress website, as well as the reactions of politicians and commenters to these policies. We also present the methods and materials used to substantiate the analysis of the selected and catalogued corpus. The research was based on the French School of Discourse Analysis (DA), especially the concepts of discursive practice, discursive space, scenography, ethos, and scenes of enunciation by Dominique Maingueneau

¹ Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

² Estudante de Letras Modernas e bolsista de Iniciação Científica. Endereço: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Departamento de Estudos Linguísticos e Literários, Estrada do Bem Querere, Vitória da Conquista - BA CEP: 45083-900

³ Docente do Departamento de Estudos Linguísticos e Literários (DELL), da Estadual do Sudoeste da Bahia, Estrada do Bem Querere, Vitória da Conquista - BA CEP: 45083-900

(2004). Based on this framework, two news pieces published on the Chamber of Deputies website were analyzed in order to show their discursive functioning. The results indicate that the discourse around African-based religions in Brazil is still marked by discrimination, violence, intolerance, and ignorance. This negative discursive memory is resumed and updated on the Federal Chamber website, which is evidenced in the attempts at awareness, demystification, and legitimation of these religions. Therefore, there is a clash between memory and present time, producing an event of resistance against religious racism.

KEYWORDS: Afro-diasporic religions, Discourse Analysis, Ideology, Legislative Branch, Public Policies

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, as religiões de matriz africana tiveram um crescimento significativo de adeptos no Brasil. Segundo o Censo de 2022 do IBGE, entre 2010 e 2022, o percentual de pessoas que se autodeclaram adeptos dessas religiões passou de 0,3% para 1,0%, um crescimento de 223,33%. Isso significa que 1,8 milhão de brasileiros são adeptos de alguma religião afrodiaspórica. Trata-se de um número bastante expressivo. Contudo, juntamente com esse crescimento, aumentou a desaprovação, a censura e a violência em relação a essas manifestações religiosas. Além disso, os adeptos dessas religiões são silenciados e/ou ignorados por importantes esferas políticas, jurídicas e legislativas, o que se mostra na pouca literatura que aborde questões relacionadas a tais expressões religiosas. Diante do exposto, o subprojeto **Discursivização das religiões afro-brasileiras no site do Congresso Nacional (parte 2)** teve como objetivo pesquisar e analisar dados que indiquem de que forma o poder Legislativo tem abordado a questão das religiões de matriz africana. Dessa forma, com base na Análise de Discurso Francesa (AD), buscamos identificar os efeitos de sentido e os efeitos de memória que se materializam nas postagens do site oficial da Câmara dos Deputados. Para tanto, coletamos, selecionamos, catalogamos e analisamos notícias publicadas no referido site nos anos de 2022, 2023 e 2024. Apresentamos, a seguir, os resultados encontrados nas análises que foram realizadas durante o desenvolvimento deste subprojeto de pesquisa, que foi realizado entre 1º de setembro de 2024 e 31 de agosto de 2025.

MATERIAIS E MÉTODOS

Como dito, o subprojeto “Discursivização das religiões afro-brasileiras no site oficial do Congresso Nacional (parte 2)” teve como objetivo identificar e analisar efeitos de sentido e efeitos de memória, presentes em diferentes materialidades significantes, publicados no site oficial da Câmara dos Deputados. Para a análise dos dados, foram seguidos os passos indicados abaixo:

- i) primeiramente, coletamos, no portal da Câmara dos Deputados (<https://www.camara.leg.br/>), matérias, projetos de lei e outros textos que fazem referência às religiões afro-brasileiras;
- ii) em seguida, catalogamos e organizamos o material coletado por meio de uma tabela, para que fosse possível a seleção dos dados que melhor serviriam à pesquisa;
- iii) finalizando essa parte da coleta, com a tabela elaborada e o referencial teórico reunido, selecionamos os dados que passaram a constituir o *corpus* do trabalho, sendo esse processo feito com base nos textos teóricos que embasaram o estudo;
- iv) por fim, realizamos a análise do *corpus* da pesquisa, à luz dos conceitos vinculados à Escola Francesa de Análise de Discurso, principalmente as noções desenvolvidas nos trabalhos de Dominique Maingueneau.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na análise, recorreremos ao arcabouço teórico da AD, prioritariamente aos conceitos apresentados nos textos de Dominique Maingueneau, uma vez que o referido autor considera o primado do interdiscurso, o que é fundamental para os trabalhos de AD desenvolvidos a partir da terceira fase da referida disciplina. Dessa forma, consideramos, para a análise, as noções de **prática discursiva**, **espaço discursivo**, **cenografia e ethos**. De acordo com Charaudeau e Maingueneau (2004), a prática discursiva diz respeito à relação indissociável entre uma formação discursiva (FD) e aqueles que estão inseridos nessa FD, pois o discurso é pensado, ao mesmo tempo, como *conteúdo*, como *modo de organização dos homens* e como *rede específica de circulação* dos enunciados (Charaudeau; Maingueneau, 2004, p. 396, grifos dos autores). Em relação ao espaço discursivo, Maingueneau (2008 [1984]) o define como “subconjuntos de formações discursivas que o analista julga relevante para seu propósito colocar em relação” (Maingueneau, 2008 [1984], p. 37). Já a cenografia é, segundo Maingueneau (2004), a forma como o texto se inscreve, como ele se dá a ver, o que vai além do quadro cênico, formado pela cena englobante (tipo de discurso) e cena genérica (gênero de discurso). Por fim, ainda segundo Maingueneau (2004), por meio do ethos, temos acesso a “personalidade do enunciadador” ou do fiador do discurso. Esse ethos materializa-se por meio de um “tom”, o qual nos dá acesso ao caráter e à corporalidade desse fiador. Assim, emerge do texto (oral ou escrito) “uma instância subjetiva que desempenha o papel de **fiador** do que é dito” (Maingueneau, 2004, p. 98)

Importante dizer que as análises aqui apresentadas surgem do batimento entre teoria e análise dos dados, conforme indicado por Pêcheux, quando afirma que é

necessário, em uma análise discursiva “dar o primado aos gestos de descrição das materialidades discursivas” (Pêcheux, 2006 [1983], p. 50). É isso que fizemos ao longo de toda análise dos dados e, conseqüentemente, também nos dois exemplos que apresentamos a seguir.

FIGURA 1

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, MINORIAS E IGUALDADE RACIAL

← Compartilhe

A comissão de Direitos Humanos recebe denúncia de que templos de religiões de matriz africana

17/07/2019 15h05

A comissão de Direitos Humanos recebeu denúncia de que templos de religiões de matriz africana, também conhecidos como terreiros ou centros, estão sofrendo ataques sistemáticos por todo o Estado do Rio de Janeiro, especialmente na região metropolitana. Há inúmeros relatos de fiéis e frequentadores que estão sendo ameaçados e atacados por conta da religião que professam.

Reprodução



Terreiro

Na baixada fluminense foram registrados casos de traficantes que obrigaram o fechamento de pelo menos 15 casas religiosas, segundo denúncias. A Comissão de Combate à Intolerância Religiosa do Rio de Janeiro registrou que até o mês de junho foram relatados 35 casos na Baixada Fluminense, 10 em São Gonçalo, 15 na região norte do Estado e outros 40 na região metropolitana do Rio de Janeiro.

A perseguição a estas religiões é um problema há muito observado, especialmente pelo movimento negro e defensores de direitos humanos, mas notou-se um aumento significativo na violência dos ataques e no número de ocorrências após outubro de 2018, coincidentemente após as eleições.

Ainda que os movimentos sejam cautelosos em atribuir este crescimento com a eleição, é possível estabelecer um nexó causal entre a tolerância com o discurso de ódio e a violência por parte dos governos estaduais e federal, com a sensação de legitimidade destes grupos extremistas para assim agirem.

A Constituição reconhece, em seu art. 5º, inciso VI, a laicidade do Estado e a liberdade de culto; logo, qualquer afronta a este direito é um ataque ao Estado Democrático e de Direito. Os movimentos sociais e a Comissão de Direitos Humanos e Minoria da Câmara dos Deputados compartilham do entendimento de que os poderes de estado devem atuar de forma mais eficiente na preservação deste direito e garantir a proteção destes espaços sagrados e da liberdade de seus frequentadores lá concretizarem suas aspirações religiosas.

Com base nesta disposição constitucional que a CDHM manifestou, através de seu Presidente Deputado Helder Salomão, repúdio a qualquer forma de cerceamento à liberdade de culto, ainda mais quando motivada por preconceito e discriminação racial.

“Vamos procurar o Ministério Público para buscar maiores esclarecimentos acerca das atitudes já tomadas e como estão as investigações destes ataques. Esta presidência proporá ao Colegiado a realização de diligência para ouvir e conhecer as histórias daqueles templos já atacados e dos que estão sob ameaça, bem como a realização de uma audiência pública para, além de publicizar a violência, buscar soluções.” determinou o Presidente.

Fonte: CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2019. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/a-comissao-de-direitos-humanos-recebe-denuncia-de-que-templos-de-religioes-de-matriz-africana/>.

O texto acima tem como cena englobante o campo jurídico-legislativo, uma vez que foi publicado no site oficial da Câmara dos Deputados, estando, portanto, vinculado ao poder Legislativo. Contudo, em relação à cena genérica, trata-se de uma notícia,

publicada, como dito, no site de notícias da Câmara. Dessa forma, o quadro cênico já se mostra heterogêneo, pois a cena englobante pertence a um campo e a cena genérica a outro. No caso em tela, vemos a articulação entre um discurso jurídico-legislativo, que remete à Constituição do Brasil, aos Direitos Humanos, à noção de Estado Democrático de Direito, como vemos no quarto parágrafo do texto acima; um discurso de denúncia aos casos de intolerância religiosa, como constatamos na leitura no primeiro parágrafo do texto; e, também, um discurso de relato jornalístico, o qual atravessa todo o texto, uma vez que é esse o objetivo central da notícia. Nesse sentido, a cenografia do texto é de um relato noticioso, o qual assume, em certos momentos, um ethos de indignação, devido à forma como as religiões afrodiáspóricas estão sendo tratadas na baixada fluminense, no Estado do Rio de Janeiro. Esse ethos encontra-se materializado em alguns enunciados, como em: “traficantes que obrigaram o fechamento de pelo menos 15 casas religiosas, segundo denúncias”. A denúncia se amplia ao recorrer ao campo político-partidário, com menções a expressões como “discurso de ódio” e “grupos extremistas”, e ganha força no campo jurídico, por meio do repúdio manifestado pela CDHM, cujo posicionamento possui autoridade e poder coercitivo. O fechamento do texto, com a fala do presidente da Comissão, confere um tom decisório, reforçado por verbos como “proporá” e “determinou”, que materializam o ethos de controle do Poder Legislativo. Em síntese, a notícia articula discursos de denúncia e de controle estatal, constituindo-se como relato jornalístico com forte carga de indignação.

Vejamos, agora, o próximo dado, seguido de sua respectiva análise:

FIGURA 2

Cultura africana é tema de homenagem na Câmara dos Deputados

21/03/2017 - 18:13



Pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta que cerca de 3 milhões de brasileiros são adeptos da religião. O número equivale a 1,5% da população.

A tradição das raízes de matrizes africanas e nações do candomblé foram homenageadas nesta terça-feira (21) em sessão solene na Câmara dos Deputados.

A homenagem foi solicitada pelo deputado Vicentinho (PT-SP), que justificou a importância da cerimônia como forma de combate à intolerância religiosa. "Eu aprendi que ser diferente não significa nada a não ser a riqueza da nossa vida, da nossa vivência. Fui às comunidades da umbanda e do candomblé e fui muito bem recebido", relatou. Esta experiência, disse o deputado, garantiu que ele deveria lutar contra o preconceito. "Ninguém é melhor do que ninguém. E nenhuma religião é melhor do que a outra", concluiu.

Já o deputado Orlando Silva (PCdoB-SP) lamentou a ausência da maioria dos deputados no Plenário, pois seria uma boa oportunidade para desmitificar mentiras sobre candomblé e a umbanda. "Mas eu sei que a TV Câmara transmitiu esse momento e espero que outras pessoas possam aprender com essa homenagem tão especial", completou.

Contexto

A prática do candomblé já foi proibida no Brasil por ser considerada um ato criminoso. Naquele tempo, adeptos da religião foram perseguidos e até presos pela polícia. Além disso, já foi considerada uma religião apenas dos negros, restrita basicamente aos estados da Bahia e de Pernambuco.

No entanto, hoje, o candomblé está consolidado em todo o País. Pesquisa recente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta que cerca de 3 milhões de brasileiros são adeptos da religião. O número equivale a 1,5% da população.

Projeto em tramitação

Em reconhecimento à influência da cultura e das religiões de origens africanas, segue em tramitação, na Câmara, Projeto de Lei (PL 3551/15) que institui o Dia Nacional das Tradições das Raízes de Matrizes Africanas e Nações do Candomblé.

O objetivo da data é contribuir para a preservação da cultura africana no País. A proposta também é de autoria do deputado Vicentinho e segue em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ).

Reportagem - Igor Calque
Edição - Regina C&B Assumpção

Fonte: CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2017. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/509866-cultura-africana-e-tema-de-homenagem-na-camara-dos-deputados/>.

O campo jurídico é a cena englobante desse texto, uma vez que é possível encontrá-lo no site oficial da Câmara dos Deputados, portanto vinculado ao espaço

institucional do Poder Legislativo brasileiro. A cena genérica é uma notícia jornalística, tendo como estrutura: título, subtítulo, corpo do texto e fechamento. A cenografia dessa notícia é a de uma narrativa de reparação histórica, com ênfase na valorização da “cultura africana”. A cena validade do texto apresentado é a de denúncia à perseguição histórica às religiões afrodiáspóricas. As falas dos deputados, como a de Vicentinho, que afirma que aprendeu “que ser diferente não significa nada a não ser a riqueza da nossa vida, da nossa vivência”, afirmando, ainda, que foi “às comunidades da umbanda e do candomblé”, tendo sido “muito bem recebido”, desestabilizam sentidos historicamente constituídos, segundo os quais religiões como Candomblé e Umbanda não seriam legítimas e não mereceriam respeito. Nesse sentido, ao afirmar que “nenhuma religião é melhor que outra”, o referido deputado, devido a seu lugar na estrutura social, materializa um discurso de autoridade, conferindo legitimidade às referidas religiões. Assim, a notícia materializa um discurso que busca desmistificar estigmas e equalizar direitos religiosos. O ethos discursivo apresentado é o de conscientização, embasado nas denúncias de tentativas de criminalização das religiões afro-brasileiras. Assume-se, como pré-construído, o discurso da igualdade religiosa.

CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES

Com base no que foi apresentado, concluímos que o discurso funciona na relação com a historicidade, com a ideologia e com diferentes materialidades significantes (verbo-visuais, verbais, imagéticas etc.) Contatamos que o discurso está em tudo, funcionando efetivamente como uma prática discursiva e intersemiótica. Os dados analisados apontam para relações complexas entre diferentes campos, principalmente, o político e o religioso. Além disso, em cada uma das notícias analisadas, existe a materialização de diferentes posições-sujeito, as quais, no ato de enunciar, produzem efeitos de sentido e efeitos de memória que se materializam na língua e reverberam na historicidade. Nesse sentido, o trabalho de analisar as diversas discursivizações acerca das religiões afro-brasileiras nos âmbitos político, jurídico e institucional, à luz da Análise de Discurso, revela a complexidade imbricada nos enunciados e nos efeitos de sentido materializados nas notícias. Constatamos, portanto, que a valorização de algumas religiões em detrimento de outras é um efeito discursivo, fruto de relações de poder. É preciso mostrar o funcionamento de tais relações para que discursos de ódio e de discriminação não sejam naturalizados e apresentados como se fossem verdades universais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: Edufscar, 2009 [1981].
2. FONSECA-SILVA, Maria da Conceição. Escola Francesa de Análise de Discurso: construção, desconstruções e reconfigurações. In: FONSECA-SILVA, Maria da Conceição. **Poder-saber-ética nos discursos do cuidado de si e da sexualidade**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2007. p. 77–113
3. FONSECA-SILVA, Maria da Conceição. Mídia e lugares de memória discursiva. In: FONSECA-SILVA, Maria da Conceição; POSSENTI, Sírio (Org.). **Mídia e rede de memória**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2007. p. 11–37.
4. MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. Tradução de Cecília P. de Souza-e Silva e Décio Rocha. 3ª. ed. São Paulo: Cortez, 2004.
5. MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1984].